

Em carne e osso

Faria bem o presidente Fernando Henrique Cardoso se liberasse seu ministro da Fazenda, Pedro Malan, para tratar publicamente das coisas políticas. Malan é tido por muitos como o estereótipo de uma geração sem pátria e sem alma, uma casta dirigente da economia que impõe seu próprio ritmo às relações entre o governo e a sociedade. Se tal casta de fato existe, não é o ministro seu melhor representante. Ao contrário, quando solta um pouco do que pensa sobre os fatos da vida, Malan revela uma surpreendente crença na força do cidadão e na subserviência do Estado à sociedade.

Nesta mesma edição do **Estado**, o ministro da Fazenda discorre sobre reforma política, voto distrital misto e parlamentarismo, mas há mais. Ele diz, por exemplo, que manter a inflação sob controle não é um fim em si mesmo, mas apenas condição para alcançar outros objetivos — o mais importante deles a melhoria das condições de vida no País. E aí o economista reconhece que não adianta ter boa moeda se não houver também boa política. Pensa que nenhum país é saudável se a sociedade não acreditar em sua moeda e suas instituições. Saneada a moeda, cuide-se das instituições, portanto.

Quando toma a democracia como valor fundamental, Malan recorda que não foi por acaso que tanta gente da administração atual combateu anos a fio contra o regime autoritário, ele inclusive. Recorrendo a um dos dogmas do governo — o conceito de processo —, ele enxerga avanços na construção democrática, mas sabe que ainda falta muito. Partidos políticos sólidos, por exemplo. Ou um sistema eleitoral misto, incluindo listas para eleger deputados menos comprometidos a questões meramente regionais, embora vulneráveis às reivindicações lícitas de seu território eleitoral. No limite, retoma a defesa do parlamentarismo, que no passado foi mola-mestra do PSDB.

Por se aferrar ao conceito de processo, Malan, como Fernando Henrique, rebarba “a demagogia de que seja possível construir

uma sociedade a um só tempo igualitária, mais eficiente e que incorpore a totalidade da população em termos de acesso aos bens públicos num par de anos, o que não existe”. É verdade, embora seja um exagero dizer que há na praça política alguém vendendo esse peixe “num par de anos”. Descontado o exagero, Malan recorre ao italiano Norberto Bobbio para combater a “utopia capovoltta”, aquela em que a pressa em construir a igualdade despreza os custos da tarefa e acaba onde começou, numa inversão completa, e justifica assim o modo de ser do governo a que serve.

Malan vê política onde alguns só percebem índices. Para ele, o controle da inflação tem tantas razões de natureza econômica quanto social, por ser proporcionalmente mais importante para

o pobre do que para o rico. De outra forma, retira qualquer conotação política dos programas de privatização e de enxugamento da máquina pública, as bandeiras do governo que mais estimulam os palanques e comícios da oposição. Para o ministro, são programas desprovidos de caráter ideológico e se impõem para ajustar o Estado às condições ideais de eficiência. Também diz que qualquer regime político, da extrema esquerda à extrema direita,

tem de lidar com suas próprias limitações orçamentárias se tiver os pés na terra e não nas utopias.

Para o ministro da Fazenda, o que se busca é uma ampliação do espaço das liberdades individuais. Controle inflacionário e crescimento sustentado da economia entram na receita para incorporar mais cidadãos ao mercado de consumo. A reorganização do Estado contribui para dar-lhes acesso a outro tipo de bens, os bens públicos, como saúde, educação e segurança. Reconhece o ministro que não se caminha para isso sem o fortalecimento das instituições políticas e ele se anima ao constatar que a sociedade está mais receptiva a novas demandas, como a reforma fiscal, agora que baixou a poeira da crise inflacionária. Como diria Haendel: Aleluia!



■ Ricardo Amaral é jornalista

O economista reconhece que não adianta ter boa moeda se não houver também boa política